

Aula 09 - Prof. Fernando Pedrosa

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
19 de Agosto de 2025
Manzato Moises

TJ/PR – CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS – PARTE 1

Sumário

Análise Estatística	3
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	3
Introdução	3
Disposição Preliminar	3
LIVRO I – TÍTULO I - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA (Arts. 2º e 3º)	5
LIVRO I - TÍTULO II - TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Arts. 4º a 14)	6
LIVRO I - TÍTULO III - ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Arts. 15 e 16)	9
LIVRO I - TÍTULO IV - TRIBUNAL DE ALÇADA (Arts. 17 a 24)	10
LIVRO II - TÍTULO I - MAGISTRADOS DE PRIMEIRO GRAU (Art. 25 a 27)	10
LIVRO II - TÍTULO II JUÍZES SUBSTITUTOS (Arts. 28 a 33)	12
LIVRO II - TÍTULO III - JUÍZES DE DIREITO (Arts. 34 a 41)	14
LIVRO II - TÍTULO IV - DA JUSTIÇA MILITAR (Arts. 42 a 47)	16
LIVRO II - TÍTULO V - TRIBUNAL DO JÚRI (Art. 48 a 55)	18
LIVRO II - TÍTULO VI - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (Arts. 56 a 70)	20
LIVRO II - TÍTULO VII - NOMEAÇÃO, REMOÇÃO, OPÇÃO, PROMOÇÃO E PERMUTA DOS JUÍZES (Arts. 71 a 74)	23
LIVRO II - TÍTULO VIII - COMPROMISSO, POSSE, EXERCÍCIO E ANTIGUIDADE (Arts. 75 a 80)	24
LIVRO II - TÍTULO IX - SUBSÍDIO, REPRESENTAÇÕES, GRATIFICAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, DIÁRIAS E AUXÍLIO-FUNERAL (Arts. 81 a 88)	26
LIVRO II - TÍTULO X - LICENÇAS, CONCESSÕES E FÉRIAS (Arts. 89 a 99)	28
LIVRO II - TÍTULO XI - SUBSTITUIÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NAS COMARCAS (Arts. 100 a 105) ..	29



LIVRO II - TÍTULO XII - APOSENTADORIA, REVERSÃO E APROVEITAMENTO (Arts. 106 a 110).....	31
LIVRO II TÍTULO XIII TRATAMENTO, VESTES TALARES E EXPEDIENTES (Arts. 111 a 114)	33
Aposta estratégica	34
Questões Comentadas	35
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	38
Perguntas	39
Perguntas com respostas.....	39
Lista de Questões	42



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Devido à alta especificidade deste assunto, ainda não há um conjunto de questões grande o suficiente para se realizar uma análise estatística relevante.

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Introdução

O **Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ)** está instituído pela **Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003**, com atualizações recentes — inclusive até a **Lei nº 22.075, de 19 julho de 2024** — ajustando sua redação e estrutura normativas.

A finalidade principal do CODJ é disciplinar a **organização, divisão, composição e atribuição** das unidades judiciais, do **Tribunal de Justiça**, dos **juízes (titulares, substitutos, de paz etc.)** e dos **serviços auxiliares**, observando princípios constitucionais como:

- *legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência*
- *higidez, razoabilidade, proporcionalidade, modicidade de custas etc.*

Prezado aluno, o conteúdo do CODJ é extenso e abrangente. Por isso, a aula será organizada em **duas partes**, para que possamos entender tudo com calma.

Disposição Preliminar

Capítulo Inicial – Disposição Preliminar

Art. 1º – Finalidade e Princípios Estruturantes do CODJ

O artigo inaugural do CODJ estabelece o objetivo central do código: regular como se organiza e se distribui o Poder Judiciário no Estado do Paraná. Trata-se, em termos práticos, da espinha dorsal do funcionamento da Justiça estadual. Ele não apenas delineia quem faz parte dessa estrutura — como o Tribunal de Justiça, os juízes e os serviços auxiliares —, mas também como essa estrutura deve operar.

O detalhe interessante aqui é que a norma não se limita à estrutura organizacional: ela está intimamente vinculada aos **princípios constitucionais** que conferem legitimidade à atuação do Judiciário. Isso é



importante porque evita que o Poder Judiciário se transforme em um aparato burocrático desconectado dos valores fundamentais da República.

Entre os princípios listados, alguns são velhos conhecidos de quem estuda Direito Constitucional:

- **Legalidade**, que exige obediência à lei;
- **Impessoalidade**, que proíbe favorecimentos;
- **Moralidade**, exigindo comportamento ético na administração;
- **Publicidade**, que garante a transparência dos atos judiciais;
- **Eficiência**, com foco na entrega efetiva da jurisdição.

Mas o legislador foi além: no §2º, ampliou o rol de princípios com outros que são particularmente relevantes para o Judiciário contemporâneo, como a **razoabilidade** e a **proporcionalidade** — que, na prática, impedem decisões desmedidas, excessivas ou ilógicas. É como se o legislador dissesse: “sim, é importante que os atos sejam legais e impessoais, mas também devem ser sensatos”.

Chama atenção também o destaque dado à **modicidade das custas e emolumentos**. Isso revela uma preocupação com o acesso à justiça — afinal, de que adianta ter um Judiciário bem estruturado se as pessoas não podem arcar com os custos de um processo?

§§ 3º e 4º – Critérios de Aplicação e Efeitos da Violação

Os parágrafos seguintes estabelecem critérios de gestão que são, na verdade, condições de validade dos atos administrativos e judiciais. Princípios como **democratização da gestão, qualificação contínua dos profissionais, efetividade e celeridade processual** são elevados ao patamar de exigências normativas. E mais: se esses critérios forem desrespeitados, os atos praticados podem ser anulados **de ofício**, isto é, independentemente de provocação da parte interessada.

Uma pequena digressão: é curioso observar como esse tipo de previsão expressa vem ganhando força nas legislações contemporâneas. Antigamente, princípios eram muitas vezes vistos como “orientações gerais”. Hoje, têm força normativa e são fundamentos para anulação de atos — um reflexo do chamado **neoconstitucionalismo**, que reforça a centralidade dos direitos fundamentais e da coerência jurídica.

§§ 5º e 6º – Estatização das Serventias e Relação com o Orçamento

Já os §§ 5º e 6º tocam num tema delicado: a **estatização das serventias judiciais**. Isso significa que as atividades antes exercidas por delegatários (como tabeliães ou oficiais de justiça ad hoc) passam a ser, necessariamente, de responsabilidade direta do Estado. O detalhe é que se respeita a situação jurídica dos atuais titulares, o que evita disputas desnecessárias e protege direitos adquiridos. Mas o texto também impõe uma obrigação concreta ao Judiciário: adequar seu quadro de pessoal e enviar proposta orçamentária à Assembleia Legislativa para arcar com esse encargo.

É aqui que o Direito encontra a realidade financeira: qualquer avanço institucional depende de recursos — e o legislador foi sensato ao vincular essas ações à “disponibilidade financeira e orçamentária”.

§ 7º – Titularidade da Administração da Justiça



Por fim, o § 7º reitera algo fundamental, ainda que muitas vezes esquecido fora do mundo jurídico: **quem exerce a função de administrar a Justiça é o Poder Judiciário.**

LIVRO I – TÍTULO I - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA (Arts. 2º e 3º)

Capítulo I – Da Organização do Poder Judiciário

Art. 2º – Estrutura Orgânica do Judiciário Estadual

Este artigo tem uma função essencialmente descritiva: ele enumera os órgãos que compõem o Poder Judiciário no âmbito do Estado do Paraná. Aqui, é como se estivéssemos diante do organograma do sistema de Justiça estadual, com cada item representando um ator institucional com funções específicas.

O **Tribunal de Justiça**, previsto no inciso I, é naturalmente o órgão de cúpula. Ele é responsável por uniformizar a jurisprudência estadual, julgar recursos e exercer atribuições administrativas — como, por exemplo, nomear magistrados e organizar concursos.

Logo em seguida, aparecem os **Tribunais do Júri** (inciso III), que, apesar de serem tecnicamente varas de primeiro grau, gozam de certa distinção pela sua composição peculiar — formada por cidadãos convocados a participar da prestação jurisdicional. Eles são responsáveis pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida, como homicídio e infanticídio, por exemplo. O curioso aqui é que o próprio povo participa diretamente da função de julgar, reforçando o ideal democrático da Justiça.

Já os **Juizes de Direito, Juizes Substitutos, e Juizes de Direito Substitutos de entrância final** (incisos IV a VI) formam o núcleo central da magistratura de primeiro grau. São eles que, no cotidiano dos fóruns, conduzem audiências, proferem sentenças e despachos, analisam tutelas de urgência, entre outras atividades. A diferença entre eles está no estágio da carreira — algo que remete à ideia de “entrâncias”, isto é, os degraus que um magistrado percorre até chegar ao topo da jurisdição de primeiro grau.

Os **Juizados Especiais** (inciso VII) são órgãos mais recentes na história da Justiça brasileira, criados para lidar com causas de menor complexidade de forma mais ágil, tanto na esfera cível quanto na criminal. Seu foco é a celeridade e a informalidade, com audiências menos solenes e processos simplificados — muito úteis, por exemplo, para resolver litígios como cobrança de pequenos valores ou discussões de consumo.

Por fim, os **Juizes de Paz** (inciso VIII), figuras muitas vezes esquecidas, cumprem funções de caráter mais simbólico e comunitário. São eles que, em geral, celebram casamentos civis, lavram termos de mediação ou conciliação e atuam como representantes da Justiça nas localidades mais distantes, onde nem sempre há estrutura física de um fórum.

O parágrafo único reforça algo fundamental: **autoridade judicial implica poder de efetivação**. Quando necessário, o magistrado pode requisitar a força pública — polícia civil ou militar — para garantir o cumprimento de suas decisões. Isso demonstra que a força do Estado está, sim, à disposição da jurisdição, o que é essencial, por exemplo, em mandados de busca e apreensão, cumprimento de ordens de prisão ou reintegrações de posse.



Art. 3º – Restrições à Designação de Juízes para Funções no Tribunal

Este dispositivo trata de um tema sensível: **a vedação de convocações de juízes de primeiro grau para exercerem funções administrativas ou judiciais no Tribunal de Justiça**. A lógica aqui é evitar o desvio de função e a sobreposição entre instâncias, o que poderia, entre outras coisas, comprometer a imparcialidade ou sobrecarregar o sistema com deslocamentos desnecessários.

Contudo, como toda regra geral, há exceções cuidadosamente desenhadas. A substituição eventual de desembargadores, por exemplo, continua sendo permitida — afinal, o tribunal precisa funcionar mesmo diante de afastamentos, férias ou licenças. O mesmo vale para o **auxílio direto à Presidência, Vice-Presidências e Corregedorias**, desde que restrito a matérias administrativas, jurisdicionais ou correicionais.

O §1º adiciona um ponto importante: permite que **juízes da Região Metropolitana de Curitiba** sejam designados para atuar junto ao TJPR. Isso faz sentido logístico, pois evita custos elevados e facilita a integração funcional, considerando que esses magistrados já se encontram próximos fisicamente da sede do Tribunal.

Por fim, o §2º impõe uma diretriz ética: **essas designações não devem acarretar ganhos financeiros indevidos**. A única exceção — justa, aliás — é o reembolso por despesas com transporte e diárias, nos casos em que houver deslocamento. Essa regra evita a criação de incentivos distorcidos e ajuda a preservar a impessoalidade da gestão judicial.

LIVRO I - TÍTULO II - TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Arts. 4º a 14)

Capítulo I – Da Organização do Poder Judiciário

Art. 4º – Composição e Jurisdição do Tribunal de Justiça

O artigo 4º nos apresenta o **Tribunal de Justiça do Paraná** como o órgão máximo do Judiciário estadual. Ele é composto por **135 desembargadores**, número elevado que reflete a complexidade e a demanda da jurisdição no estado. A sede está localizada na capital, Curitiba, mas sua **jurisdição se estende a todo o território paranaense** — ou seja, sua autoridade alcança cada comarca, do litoral aos confins do interior.

É importante compreender que esse órgão cumpre duas grandes funções: uma **jurisdicional**, que envolve o julgamento de recursos, ações originárias e processos disciplinares; e outra **administrativa**, como a organização das serventias, nomeação de magistrados e regulamentações internas. Em uma comparação simples, ele seria o “cérebro” do sistema judicial estadual.

Arts. 5º a 7º – Acesso à Magistratura de 2º Grau e o Quinto Constitucional

A sequência de artigos trata do modo como os cargos de desembargador são preenchidos. A regra geral é a **promoção de juízes de última entrância**, alternando-se os critérios de **antiguidade** e **merecimento**. Essa alternância busca equilibrar dois valores: experiência e excelência.



- Pelo critério de **antiguidade**, o juiz mais antigo tem preferência — salvo se for recusado por **2/3 dos membros do Tribunal**, com **voto fundamentado** e **ampla defesa**.
- Já no critério de **merecimento**, é organizada uma **lista tríplice**, e o juiz mais votado entre os três assume a vaga.

Há também um importante freio de responsabilidade: **não pode ser promovido o juiz que reter autos além do prazo legal**, o que é uma forma de penalizar condutas incompatíveis com a celeridade processual.

No entanto, nem todos os desembargadores vêm da carreira da magistratura. Pelo **quinto constitucional** (art. 6º), **20% das vagas** são reservadas a **membros do Ministério Público e advogados** com pelo menos dez anos de atuação. Trata-se de uma forma de arejar o tribunal com olhares externos, valorizando a pluralidade de experiências jurídicas. O processo é o seguinte: os órgãos de classe (como OAB e MP) apresentam uma lista sêxtupla, o Tribunal forma uma **lista tríplice**, e o governador nomeia um nome dentre esses três.

O artigo 7º, por sua vez, reforça o procedimento em caso de vacância. Se a vaga for para magistrado de carreira, o Tribunal convoca o órgão competente. Se for do quinto, aciona-se o respectivo órgão de classe.

Capítulo II – Funcionamento

Art. 8º – Direção do Tribunal e Regras de Elegibilidade

O comando administrativo do Tribunal está nas mãos de uma **equipe diretiva** composta por:

- Presidente
- Vice-Presidentes
- Corregedor-Geral da Justiça
- Corregedor

Aqui há uma regra de alternância que busca impedir a formação de uma “oligarquia” no topo do Judiciário. Quem já exerceu cargo de direção deve aguardar que todos os colegas, por antiguidade, também tenham oportunidade de dirigir, salvo se houver recusa formal de algum deles. Isso evita o que se costuma chamar, em tom crítico, de “rodízio entre os mesmos”.

Essa restrição não vale para quem foi eleito apenas para **completar mandato inferior a um ano**, o que demonstra certa flexibilidade para casos excepcionais — por exemplo, quando há vacância súbita e é preciso manter a continuidade administrativa.

Art. 9º – Sucessão em Caso de Vacância

Este dispositivo lida com uma situação que não é comum, mas precisa estar prevista: **a vacância de cargos diretivos**. A regra é prática: se a vacância ocorrer **faltando menos de seis meses para o fim do mandato**, assume o substituto imediato (como o 1º Vice assumindo a Presidência). Se a vacância ocorrer antes da posse, convoca-se nova eleição. É uma forma de manter estabilidade institucional sem perder de vista o respeito à legitimidade da escolha.



Art. 10 – Estrutura de Funcionamento do Tribunal

Aqui o legislador define **como o Tribunal de Justiça exerce suas competências**: por meio de plenário, órgãos fracionários, o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura. A composição e funcionamento detalhados desses órgãos são tratados no Regimento Interno, o que é bastante sensato — permite maior flexibilidade sem necessidade de alterar a lei a cada mudança estrutural.

Vale um detalhe importante: os dirigentes do Tribunal **não participam das câmaras julgadoras**, o que evita o acúmulo de funções e mantém uma divisão clara entre quem administra e quem julga.

Art. 11 – Comissões Internas

Além dos órgãos principais, o TJPR pode criar **comissões internas permanentes ou temporárias**, conforme as necessidades do momento. É por meio dessas comissões que temas como concursos públicos, reformas regimentais, sustentabilidade no Judiciário ou mesmo assuntos disciplinares podem ser tratados com maior especialização.

Capítulo III – Tribunal Pleno e Órgão Especial

Art. 12 – Competência Regimental

O Tribunal Pleno (formado por todos os desembargadores) e o Órgão Especial (uma fração deles) têm competências definidas no **Regimento Interno**. Embora a lei não detalhe essas atribuições, na prática, o Pleno costuma tratar de questões institucionais, como alterações regimentais, enquanto o Órgão Especial delibera sobre processos administrativos e disciplinares relevantes.

Capítulo VI – Conselho da Magistratura

Art. 13 – Composição e Mandato

O Conselho da Magistratura é um órgão de natureza **administrativa e consultiva**, que trata de temas como estatísticas judiciais, desempenho de magistrados e funcionamento das serventias. Compõe-se de **sete desembargadores**: os três membros natos (Presidente, 1º Vice e Corregedor-Geral) e outros **quatro eleitos**. A eleição ocorre junto com a da diretoria do Tribunal, o que demonstra uma certa lógica de articulação entre os órgãos de cúpula.

Capítulo V – Corregedoria-Geral da Justiça

Art. 14 – Fiscalização da Atividade Judiciária

A **Corregedoria-Geral da Justiça** é uma peça-chave na engrenagem do Judiciário. Sua função é, essencialmente, **fiscalizar e orientar a atividade dos magistrados e dos serviços auxiliares**, tanto judiciais quanto extrajudiciais (como cartórios, registros civis, tabelionatos). É um órgão mais técnico e discreto, mas que exerce impacto direto na qualidade do serviço prestado à população.

Na prática, é a Corregedoria que inspeciona comarcas, apura reclamações e promove correções. Se há, por exemplo, um cartório que retarda sistematicamente o cumprimento de mandados, é ela quem pode tomar providências administrativas.



LIVRO I - TÍTULO III - ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Arts. 15 e 16)

Capítulo I – Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes do Tribunal

Art. 15 – Funções Diretivas e Regulação Regimental

O artigo 15 estabelece que o **Presidente**, o **1º Vice-Presidente** e o **2º Vice-Presidente** do Tribunal de Justiça terão suas **competências e atribuições definidas no Regimento Interno**. Isso significa que o legislador optou por não esgotar o tema na lei, delegando ao próprio Tribunal o detalhamento das funções de sua cúpula administrativa.

Essa escolha tem uma razão prática: o Regimento Interno pode ser alterado com mais flexibilidade do que a legislação ordinária, o que permite ajustes institucionais conforme a dinâmica interna e os desafios administrativos do Judiciário.

Na prática, essas três figuras compõem o núcleo da **administração superior do TJPR**. O Presidente é o chefe máximo do Poder Judiciário estadual — é ele quem representa o Tribunal perante os demais Poderes, coordena políticas institucionais, nomeia servidores, aprova movimentações orçamentárias e supervisiona a atuação geral da Justiça.

O 1º Vice-Presidente atua como substituto imediato do Presidente e, em muitos tribunais, é responsável por **matéria recursal interna**, como admissibilidade de recursos aos tribunais superiores. Já o 2º Vice costuma ter atribuições mais específicas, como atuar em **processos administrativos disciplinares** ou auxiliar na interlocução com outras instituições.

Uma curiosidade: embora esses cargos não estejam vinculados diretamente à atividade judicante (ou seja, julgar casos), suas decisões impactam diretamente na qualidade e eficiência do Judiciário — por exemplo, ao definir regras de digitalização de processos, à frente de comissões de concursos ou no relacionamento com a sociedade.

Capítulo II – Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor

Art. 16 – Fiscalização, Correições e Normas Regulares

Este artigo trata de dois papéis distintos, mas complementares: o **Corregedor-Geral da Justiça** e o **Corregedor**. Ambos são responsáveis, em última análise, pela **qualidade do funcionamento da máquina judiciária**, especialmente no primeiro grau de jurisdição.

O Corregedor-Geral exerce um papel mais amplo, com **atribuição expressa para realizar correições ordinárias e extraordinárias**. Essas correições consistem em visitas técnicas e inspeções feitas nas comarcas para verificar se os serviços judiciais e extrajudiciais estão sendo prestados conforme a legalidade, a moralidade e a eficiência esperadas.



A imagem que pode vir à mente é a de uma auditoria, mas com uma feição mais pedagógica do que punitiva. Em geral, os corregedores buscam identificar gargalos e sugerir melhorias — mas, é claro, também têm o poder de aplicar sanções quando há irregularidades graves, como desídia funcional, nepotismo ou cobrança indevida de custas.

Já o **Corregedor** (figura distinta do Corregedor-Geral) também tem suas competências definidas no Regimento Interno. Ele pode, por exemplo, auxiliar o Corregedor-Geral em áreas específicas, ou responder por certas unidades administrativas internas. Isso dependerá da estrutura adotada pelo Tribunal.

Um ponto interessante é o fato de que os dois cargos estão mencionados separadamente, o que revela que o TJPR optou por **dividir as atribuições correicionais**, criando um sistema de apoio técnico mais robusto e, talvez, mais ágil. É uma solução que tem sido adotada por diversos tribunais que enfrentam um volume alto de processos e de serventias sob sua fiscalização.

LIVRO I - TÍTULO IV - TRIBUNAL DE ALÇADA (Arts. 17 a 24)

Todos os artigos revogados.

LIVRO II - TÍTULO I - MAGISTRADOS DE PRIMEIRO GRAU (Art. 25 a 27)

Capítulo Único – Constituição da Magistratura de Primeiro Grau

Art. 25 – Estrutura da Carreira e Tipos de Juízes

O artigo 25 nos apresenta a **arquitetura da magistratura de primeiro grau**. Não estamos falando aqui de juízes como figuras isoladas, mas sim de um sistema com **níveis hierárquicos internos**, que refletem tempo de carreira, experiência e responsabilidade jurisdicional. Esses níveis são chamados de **entrâncias**: inicial, intermediária e final.

A carreira começa com o **Juiz Substituto**, que é o magistrado recém-aprovado em concurso público. Em geral, ele é designado para atuar em comarcas do interior, substituindo temporariamente os juízes titulares em férias, licenças ou quando há vacância. É a fase em que se coloca "a toga pela primeira vez".

Aos poucos, mediante promoção por **antiguidade ou merecimento**, o juiz avança para **entrâncias superiores**. Na **entrância final**, encontramos os juízes que atuam em grandes centros urbanos, comarcas mais complexas e também nas **Turmas Recursais**, julgando recursos provenientes dos Juizados Especiais.

A norma ainda introduz algumas figuras específicas:



- **Juiz de Direito Substituto de Primeiro Grau em entrância final:** atua em regiões metropolitanas e grandes polos do estado. Não possui vara própria, mas exerce funções de substituição, especialmente onde há grande volume de processos.
- **Juiz Substituto em Segundo Grau:** esse é um ponto importante. Trata-se de um juiz que, apesar de não ser desembargador, **atua temporariamente junto ao Tribunal de Justiça**. Ou seja, ele é uma espécie de "ponte" entre o primeiro e o segundo grau, o que lhe exige bagagem técnica e reputação sólida.

A escolha desses juízes substitutos de segundo grau respeita critérios alternados de **antiguidade e merecimento**, o que busca evitar favoritismos ou práticas corporativas. E uma vez designado, o juiz assume **as mesmas competências dos desembargadores**, com algumas exceções, como as matérias administrativas. Isso quer dizer que ele participa, sim, do julgamento de recursos e atua em sessões colegiadas, com relatoria, revisão e voto — e, se já tiver participado de um julgamento como relator ou revisor, continua vinculado ao caso até o final, mesmo que sua designação se encerre.

Outra peculiaridade é a previsão de **regime de exceção**. Em momentos de **acúmulo excessivo de processos no Tribunal**, o Presidente pode designar esses juízes para auxiliar em casos específicos, funcionando como uma força-tarefa interna. É uma medida de racionalização, e bastante útil em tempos de judicialização crescente.

Art. 26 – Convocação em Caso de Vacância no Tribunal

Este artigo trata de uma situação comum: **a ausência prolongada de um desembargador** — seja por afastamento de mais de 30 dias, seja por vacância do cargo. Nesses casos, entra em cena o **Juiz Substituto em Segundo Grau**, que assume as funções do desembargador temporariamente.

É uma maneira de garantir a continuidade da jurisdição sem comprometer os prazos processuais e sem sobrecarregar os demais membros do Tribunal. Do ponto de vista institucional, trata-se de uma engrenagem bem calibrada: o Judiciário não pode parar por uma licença médica ou por um processo de aposentadoria.

Art. 27 – Afastamento de Magistrados no Estágio Probatório

Por fim, o artigo 27 trata de um tema mais delicado: **a exoneração de juízes em estágio probatório**. Durante os dois primeiros anos de carreira, o juiz ainda **não adquiriu a vitaliciedade**, que é a garantia constitucional contra a perda do cargo — salvo por sentença judicial transitada em julgado.

Se durante esse período o magistrado cometer faltas graves, e se o **Conselho da Magistratura** recomendar a demissão, ele será **automaticamente afastado de suas funções, mesmo que o processo de demissão só se conclua depois do biênio**. Em outras palavras: a vitaliciedade não serve como escudo para quem já demonstrou, desde cedo, inaptidão para o exercício da função jurisdicional.

É uma cláusula de responsabilidade institucional. A magistratura é uma carreira de Estado, com garantias altíssimas. Mas essas garantias não podem ser confundidas com impunidade. Daí a importância de um bom controle nos primeiros anos da função.



LIVRO II - TÍTULO II JUÍZES SUBSTITUTOS (Arts. 28 a 33)

Capítulo I – Nomeação

Art. 28 – Ingresso na Magistratura

A entrada na carreira da magistratura se dá, como manda a tradição republicana, **por concurso público de provas e títulos**, cuja validade é de até dois anos, prorrogável uma única vez por igual período. Trata-se de um modelo que procura conciliar dois valores centrais: **mérito técnico e impessoalidade** no acesso ao serviço público.

Art. 29 – Comissão Examinadora e Requisitos

A composição da banca examinadora, como previsto no art. 29, busca garantir um equilíbrio institucional. Participam da comissão:

- O Presidente do TJPR;
- O Corregedor-Geral;
- Um representante da OAB;
- E desembargadores escolhidos pelo Órgão Especial.

Isso assegura que **várias visões jurídicas se cruzem na avaliação dos candidatos** — o que, ao menos em tese, torna o processo mais técnico e menos suscetível a vieses corporativistas.

Os requisitos de inscrição, listados no parágrafo único, vão além do mero diploma de Direito:

- É preciso estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- Apresentar saúde física e mental compatíveis com o cargo;
- Ter **ficha limpa**, sem antecedentes ou penalidades;
- E, crucialmente, **comprovar três anos de atividade jurídica** — uma exigência que vem sendo objeto de amplo debate nos concursos da magistratura desde a Emenda Constitucional nº 45/2004.

Art. 30 – Declaração de Atividades Profissionais

Aqui, o legislador impõe um dever de transparência: o candidato deve listar **todas as atividades profissionais já exercidas**. A intenção é permitir uma análise da real experiência jurídica do candidato, de forma a verificar a veracidade da comprovação dos três anos exigidos no artigo anterior.

Art. 31 – Formação Inicial e Permanente

Este dispositivo estabelece um modelo de **formação continuada** para magistrados, por meio de cursos promovidos pelo TJPR em parceria com a **Associação dos Magistrados** e a **Escola da Magistratura do Paraná (EMAP)**.



E há um detalhe curioso, que merece destaque: **a conclusão do curso preparatório da EMAP tem valor relevante no concurso público**. Isso, embora possa parecer uma vantagem indevida à primeira vista, na prática tem uma explicação funcional — a EMAP é a instituição que mais se especializou em formar candidatos especificamente para o TJPR, com conteúdo voltado à realidade da magistratura estadual.

Art. 32 – Regulamentação do Concurso

O artigo 32 reafirma que a condução do concurso será disciplinada em dois níveis:

- A forma e condições constarão no **Regimento Interno** do Tribunal.
- O regulamento específico ficará a cargo do **Conselho da Magistratura**.

Com isso, o TJPR assegura um alto grau de autonomia sobre o desenho dos concursos — o que, bem conduzido, é positivo. No entanto, como qualquer delegação normativa, requer vigilância constante para evitar distorções.

O parágrafo único fixa uma regra clara e objetiva: a nomeação seguirá **a ordem de classificação e o número de vagas previsto** no edital, dentro do prazo de validade do concurso. Aqui não há margem para interpretações criativas.

Capítulo II – Competência

Art. 33 – Atuação Jurisdicional do Juiz Substituto

O Juiz Substituto, quando no exercício da substituição ou quando designado para **auxiliar juízes titulares**, assume exatamente **a mesma competência que o juiz substituído**. Isso inclui tanto matérias cíveis quanto criminais, o que significa que ele poderá conduzir audiências, conceder liminares, proferir sentenças e despachos — exatamente como um juiz de carreira em estágio mais avançado.

Essa paridade de competência não é mero detalhe técnico. Ela revela uma confiança institucional no preparo do substituto e, ao mesmo tempo, é **essencial para garantir a continuidade dos serviços jurisdicionais**, mesmo durante férias, afastamentos ou vacâncias temporárias.

O parágrafo único traz uma medida de salvaguarda: **quando houver urgência na ausência do titular**, o substituto deve decidir o que for necessário — pedidos de habeas corpus, liminares, medidas protetivas, entre outros — e **comunicar imediatamente ao Corregedor-Geral**. Essa exigência de comunicação tem dois objetivos:

- Garantir o controle institucional da atuação substitutiva;
- Evitar abusos ou intervenções indevidas fora do escopo necessário.

Em termos práticos, isso é comum em situações como a necessidade de decidir uma internação compulsória num fim de semana, ou a concessão de tutela de urgência em casos de violência doméstica quando o juiz titular está de férias.



LIVRO II - TÍTULO III - JUÍZES DE DIREITO (Arts. 34 a 41)

Capítulo Único – Competência

Art. 34 – Jurisdição ampla e conflitos fundiários

O caput do artigo 34 apresenta uma regra fundamental: **competete ao Juiz de Direito o exercício de toda a jurisdição em primeiro grau**, salvo se houver disposição em contrário. Em outras palavras, o juiz não está restrito a uma área específica do Direito — ele pode atuar tanto na esfera cível quanto na criminal, nos Juizados, nas execuções, nos feitos de família, enfim: é um verdadeiro “generalista”, a menos que a lei ou o Tribunal delimitem sua competência.

O §1º traz uma exceção importante e contemporânea: **a possibilidade de o TJPR designar juízes com competência exclusiva para julgar conflitos fundiários**. Aqui, o legislador responde à crescente complexidade dos litígios que envolvem a posse e a propriedade da terra — temas que, especialmente no Paraná, têm impacto social relevante. Trata-se de uma tentativa de especialização sem, contudo, criar uma vara própria para isso. A designação é feita por ato do Presidente do Tribunal.

Já o §2º reafirma um princípio silencioso, mas essencial: **o juiz deve defender sua própria competência**. Isso evita, por exemplo, que um magistrado se declare “incompetente” por comodidade ou temor, transferindo para outro juízo um caso que, juridicamente, lhe compete. Essa responsabilidade é um desdobramento do dever de prestar jurisdição.

Art. 35 – Distribuição nas comarcas plurijuízo

Onde há mais de um juízo na comarca, a distribuição dos processos deve ser **feita de forma organizada**. Isso parece algo trivial, mas na prática evita favoritismos, manipulações processuais ou concentração indevida de trabalho. O artigo 35 não detalha o mecanismo da distribuição — isso cabe ao regimento interno e aos sistemas eletrônicos do TJPR —, mas deixa claro que, em ambientes com múltiplos juízes, a distribuição é a regra, e não a escolha.

Art. 36 – Designações cumulativas

Aqui temos um mecanismo de **flexibilização institucional**. O Presidente do TJ, com o aval (ou iniciativa) do Corregedor-Geral, pode designar juízes para **responder por outras matérias ou varas**, além das que já exercem. Isso é comum em situações de sobrecarga, licenças ou afastamentos. É o que ocorre, por exemplo, quando um juiz da Vara Cível também passa a responder provisoriamente pela Vara Criminal.

O parágrafo único esclarece que essa designação é **temporária, mas perdura enquanto for necessária**. Não se trata de sobrecarga permanente, mas de uma solução de emergência — o que exige sensibilidade da administração para evitar abusos.

Art. 37 – Direção do Fórum

Este artigo, com seus diversos parágrafos, regulamenta a figura do **Juiz Diretor do Fórum** — cargo que vai além da função jurisdicional. O juiz diretor é, por assim dizer, **o administrador da comarca**, sendo responsável por questões estruturais, disciplinares e funcionais.

Há três cenários:

- **Comarcas de entrância final:** o diretor é **designado pelo Presidente do TJPR**, com mandato de até dois anos.
- **Comarcas de entrância intermediária e inicial com múltiplas varas:** a função é exercida por **sucessão automática**, seguindo a antiguidade.
- **Comarcas de juízo único:** o único juiz responde pela direção enquanto ali permanecer.

Nos casos em que **não há juiz titular**, a função recai sobre o juiz substituto mais antigo. Trata-se de um desenho jurídico que assegura **continuidade administrativa**, independentemente da instabilidade das lotações.

A substituição eventual do juiz diretor também segue a lógica da antiguidade, o que evita disputas internas e favorece a previsibilidade.

Vale destacar que, além das atribuições legais e regimentais, o juiz diretor pode receber **outras tarefas definidas pelo Conselho da Magistratura** — o que pode incluir, por exemplo, coordenação de mutirões ou supervisão de metas processuais.

Art. 38 – Direção em prédios múltiplos

O artigo 38 trata de uma realidade cada vez mais comum nas cidades médias e grandes: **comarcas com mais de um prédio destinado ao Judiciário**. Nessas situações, o Presidente do TJPR designará:

- Um juiz diretor para cada prédio;
- Um juiz diretor-geral para coordenar a comarca como um todo.

A ideia é distribuir a responsabilidade de forma funcional, permitindo que cada edifício seja gerido com autonomia, mas mantendo uma coordenação central. Em fóruns que abrigam centenas de servidores e dezenas de magistrados, essa divisão é crucial para o bom funcionamento.

O parágrafo único trata de um aspecto prático: **quem cuida da secretaria da Direção**. Onde houver secretaria própria, ótimo. Onde não houver, o juiz pode utilizar a estrutura da vara da qual é titular — salvo se ele determinar o contrário.

Art. 39 – Secretaria da Direção do Fórum

A secretaria é o **braço administrativo da Direção do Fórum**, subordinada diretamente ao juiz diretor. Ela deve ter estrutura própria e é instalada formalmente por ato do Presidente do TJ. Isso confere um grau de autonomia e organização que permite ao juiz concentrar-se na coordenação, deixando a execução nas mãos de servidores especializados.



Enquanto não houver provimento definitivo dos cargos, mantêm-se as designações anteriores — o que é uma solução prática para evitar descontinuidade.

Art. 40 – Atribuições da Secretaria da Direção

Além das funções administrativas gerais, a secretaria da direção:

- **Supervisiona a Central de Mandados**, ou seja, a logística do cumprimento de decisões judiciais por oficiais de justiça;
- **Dá suporte ao juiz diretor**, funcionando como seu staff técnico-administrativo.

Na prática, isso significa acompanhar rotinas, organizar eventos, atender demandas do público e dos servidores, e manter a engrenagem do fórum funcionando.

Art. 41 – Acúmulo de funções

Por fim, o artigo 41 prevê a possibilidade de **acumular funções entre secretarias**, quando isso for do interesse da Justiça. Por exemplo: se uma comarca pequena não comporta duas secretarias com estrutura própria, pode-se acumular a função com outra unidade.

O parágrafo único, no entanto, é claro: **essa acumulação não dá direito a aumento de gratificações**. Isso evita incentivos financeiros indevidos e reforça a ideia de que a acumulação é uma exceção administrativa, não um benefício.

LIVRO II - TÍTULO IV - DA JUSTIÇA MILITAR (Arts. 42 a 47)

Capítulo I – Composição e Funcionamento

Art. 42 – Estrutura de jurisdição da Justiça Militar Estadual

A Justiça Militar no Paraná funciona de forma **bifásica**: tem atuação tanto em **primeiro grau**, quanto em **segundo grau**.

- **No primeiro grau**, a jurisdição é exercida por um **Juiz de Direito da Vara da Justiça Militar** e pelos chamados **Conselhos de Justiça**, que são órgãos colegiados temporários formados conforme determina a legislação castrense. Esses conselhos são convocados para julgar determinados crimes militares e compõem uma espécie de tribunal ad hoc.
- **No segundo grau**, a competência é do próprio **Tribunal de Justiça do Estado**, que julga os recursos oriundos das decisões proferidas pela Vara Militar. Em outras palavras, não há um tribunal militar próprio de apelação — a competência recursal fica com o TJPR.

Esse arranjo não é uma particularidade paranaense; ele reflete o modelo adotado pela Constituição Federal para os Estados que não possuem Tribunal de Justiça Militar autônomo.



Art. 43 – Titularidade da Vara Militar

A vara da Justiça Militar é ocupada por um **Juiz de Direito de entrância final**, o que revela a complexidade e a responsabilidade exigida para lidar com temas tão delicados quanto disciplina interna, hierarquia e crimes funcionais das forças militares estaduais. Note-se que estamos falando aqui de um magistrado experiente, já no último nível da carreira no primeiro grau.

Art. 44 – Estrutura administrativa: secretarias cível e criminal

A vara militar possui duas secretarias:

- **Uma cível**, composta por diretor e técnicos judiciários;
- **Uma criminal**, que, diferentemente das demais unidades judiciárias, pode contar com **militares da ativa** em funções de apoio.

O **parágrafo único** chama atenção por sua peculiaridade: ele permite que o juiz titular **requisite diretamente da corporação** militares para atuar na secretaria criminal. Essa previsão rompe, em parte, com a regra geral da separação entre as funções judiciárias e administrativas civis, mas faz sentido no contexto da Justiça Militar, que lida com linguagem, protocolo e até mesmo dinâmica de trabalho muito específicos das forças armadas estaduais. Um sargento ou cabo da PM, por exemplo, já está habituado ao linguajar técnico e à lógica disciplinar que permeia esses processos.

Art. 45 – Aplicação subsidiária da legislação da Justiça Militar

Este artigo serve como ponte com o arcabouço jurídico mais amplo da Justiça Militar brasileira. Ele estabelece que, na formação e funcionamento dos Conselhos de Justiça, **aplica-se subsidiariamente a legislação federal sobre Justiça Militar**, como o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e o Código Penal Militar (CPM), desde que compatíveis com a realidade estadual.

Art. 46 – Substituição do Juiz Militar

Quando o juiz titular da Vara da Justiça Militar estiver ausente — seja por férias, licenças ou outros impedimentos —, a substituição se dá por designação do Presidente do TJPR. O substituto é um **Juiz de Direito Substituto**, o que segue a lógica funcional adotada em todas as demais varas judiciais. É importante que o substituto tenha, minimamente, familiaridade com a legislação castrense, para que as decisões respeitem a técnica e o rito próprios desse ramo.

Capítulo II – Competência

Art. 47 – Jurisdição da Justiça Militar

A competência da Justiça Militar estadual se divide em dois grandes blocos:

1. **Julgar crimes militares cometidos por militares estaduais**, conforme definidos em lei. Aqui se incluem, por exemplo, delitos como insubordinação, deserção, abuso de autoridade em serviço, desrespeito ao superior, entre outros. Esses delitos têm **caráter funcional**, ou seja, só são considerados crimes porque foram praticados no exercício da função ou em razão dela.



2. **Analisar ações contra atos disciplinares militares**, como punições administrativas aplicadas por comandantes. Imagine, por exemplo, um policial militar punido com prisão administrativa por atrasos reiterados. Se ele entender que houve abuso ou ilegalidade, poderá recorrer à Justiça Militar.

Há, no entanto, **uma exceção relevante**: se o crime militar tiver como **vítima um civil e se tratar de crime doloso contra a vida**, a competência é do **Tribunal do Júri**, e não da Justiça Militar. Essa regra é uma salvaguarda prevista na própria Constituição, voltada à proteção da cidadania e à imparcialidade do julgamento. Afinal, crimes dessa gravidade não devem ser julgados dentro da própria estrutura à qual o réu pertence.

LIVRO II - TÍTULO V - TRIBUNAL DO JÚRI (Art. 48 a 55)

Capítulo I – Composição e Funcionamento

Art. 48 – Aplicação do Código de Processo Penal

O artigo 48 deixa claro que **a composição e o funcionamento do Tribunal do Júri seguem as normas previstas no Código de Processo Penal (CPP)**. Em outras palavras, o CODJ não busca reinventar a roda, mas apenas integrar a lógica do CPP ao contexto organizacional do Judiciário paranaense. Isso significa que permanecem válidas regras como a formação do conselho de sentença, a seleção de sete jurados por sessão e a soberania do veredicto.

O Júri, vale lembrar, é composto por **um juiz togado (o presidente da sessão) e sete jurados leigos**. A decisão final, que declara o réu culpado ou inocente, é dos jurados — e não do juiz.

Art. 49 – Periodicidade e convocação

As reuniões do Tribunal do Júri devem ocorrer **mensalmente**, por convocação do Juiz Presidente. No entanto, se **não houver processo pronto para julgamento**, a convocação pode ser dispensada. Isso demonstra que, embora o funcionamento do júri deva ser regular, ele está sujeito à **disponibilidade processual** — o que evita a mobilização de estrutura e pessoal sem necessidade.

O §2º prevê a possibilidade de **reuniões extraordinárias**, sempre que for do interesse da Justiça. O Presidente do TJ pode, por exemplo, autorizar sessões extras em comarcas onde houve aumento expressivo de processos com réus presos, garantindo celeridade e evitando o prolongamento excessivo da prisão preventiva.

Capítulo II – Atribuições e Competência

Art. 50 – Competência do Tribunal do Júri

Como regra geral, cabe ao Tribunal do Júri **julgar crimes dolosos contra a vida e os crimes conexos**, sejam eles consumados ou tentados. Estamos falando de homicídio (simples ou qualificado), aborto, infanticídio e instigação ao suicídio.



Além disso, o artigo distribui atribuições específicas:

- Aos **Juízos das Varas do Júri**, cabe **organizar, presidir e instruir os processos**, bem como **julgar os feitos até a fase da pronúncia**.
- Na **Região Metropolitana de Curitiba**, a competência é definida por **distribuição entre as varas privativas** — o que evita sobrecarga concentrada e garante alternância na atuação dos juízes.

Art. 51 – Júri em comarcas sem vara privativa

Nem todas as comarcas possuem vara especializada do Júri. Quando isso ocorre, e **há mais de uma vara criminal**, os processos de crimes dolosos contra a vida são **distribuídos entre essas varas** até a fase da pronúncia (arts. 408 a 411 do CPP).

Após essa fase, os autos são remetidos à **1ª Vara Criminal**, cujo juiz presidirá o julgamento. Essa lógica organiza a atuação em regiões onde não se justifica, por volume de processos, a criação de vara exclusiva.

O §2º traz uma regra interessante: **a cada julgamento do Júri realizado, a vara correspondente recebe um processo a menos na distribuição**, como forma de compensação pela demanda extraordinária que o rito do júri impõe.

Art. 52 – Estrutura no Foro Central de Curitiba

Na capital, cada Tribunal do Júri possui **dois magistrados distintos**:

- Um **Juiz Sumariante**, responsável pela fase inicial do processo (do recebimento da denúncia até a pronúncia).
- Um **Juiz Presidente**, que atua apenas na fase do julgamento em plenário.

Essa divisão permite **especialização e maior agilidade**, visto que o rito do júri é mais complexo e exige dedicação específica em cada uma de suas fases.

Art. 53 – Competência do Juiz Sumariante

Ao Juiz Sumariante cabem funções típicas do juiz de instrução:

- Receber ou rejeitar a denúncia;
- Conduzir a instrução do processo (ou seja, as audiências, as oitivas de testemunhas, os interrogatórios);
- Proferir a decisão de pronúncia, desclassificação ou impronúncia;
- Processar eventuais recursos dessa decisão.

O parágrafo único trata de um ponto técnico: **se o crime for desclassificado para um tipo penal que não é da competência do júri**, o processo continua com o próprio Juiz Sumariante — salvo se a desclassificação ocorrer **durante o julgamento em plenário**, hipótese em que outro juiz poderá assumir.



Art. 54 – Competência do Juiz Presidente

O Juiz Presidente é o **conduzir do julgamento em plenário**. Suas atribuições incluem:

- Receber o libelo (espécie de peça acusatória definitiva);
- Preparar o processo para a sessão;
- Presidir o julgamento (conduzindo debates entre acusação e defesa, instruindo os jurados, organizando o rito);
- Proferir a **sentença formal**, que traduz o veredicto dos jurados;
- Processar os recursos cabíveis;
- **Organizar a lista anual de jurados** e realizar o **sorteio para cada sessão**.

Trata-se de um papel que exige não só domínio jurídico, mas também **equilíbrio, imparcialidade e senso de comando**, pois o juiz preside um julgamento que envolve elementos emocionais intensos — e, muitas vezes, mobilização pública.

Art. 55 – Prisão e substituição entre juízes

Tanto o Juiz Sumariante quanto o Presidente, dentro de suas fases respectivas, **podem decidir sobre a prisão do réu**, relaxar prisão ilegal ou conceder liberdade provisória.

O parágrafo único facilita a continuidade do processo: **um juiz pode substituir o outro**, desde que não haja incompatibilidade funcional. Essa substituição independe de nova designação, o que evita paralisias desnecessárias — algo bastante útil quando se trabalha com prazos apertados e réus presos.

LIVRO II - TÍTULO VI - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (Arts. 56 a 70)

CAPÍTULO I – Estrutura do Sistema

Art. 56 – Composição dos Juizados Especiais

O artigo 56 nos oferece uma visão panorâmica do sistema. Ele é composto por quatro pilares:

- O **Conselho de Supervisão**, que exerce função normativa e administrativa;
- As **Turmas Recursais**, responsáveis pelo julgamento dos recursos;
- Os **Juizados Especiais Cíveis** e os **Juizados Especiais Criminais**, que cuidam da primeira instância.

Em resumo, o sistema é autossuficiente: julga, recorre e administra seus próprios fluxos.

CAPÍTULO II – Conselho de Supervisão



Arts. 57 a 59 – Composição e competências do Conselho

O **Conselho de Supervisão** é composto por altos representantes do Tribunal de Justiça (como o Presidente e o Corregedor) e por juízes com experiência direta no sistema dos Juizados. Isso equilibra a visão institucional com a vivência prática.

Suas competências são amplas: vão desde a elaboração do regimento interno até a organização de **concursos, cursos de formação, análise de reclamações, regulamentação de procedimentos**, e até mesmo **a decretação de regime de exceção** nos Juizados — uma espécie de intervenção administrativa em caso de crise.

É uma instância técnica, voltada à **padronização, controle e desenvolvimento** do sistema, sem interferir nas funções judicantes.

CAPÍTULO III – Turmas Recursais

Art. 60 – Organização e competência

As **Turmas Recursais** são compostas por **juízes de direito de entrância final** e exercem o papel de segunda instância dentro do universo dos Juizados. Seus membros são designados pelo Presidente do TJ, com base em parecer do Conselho de Supervisão.

As competências incluem:

- Julgar **recursos** contra decisões dos Juizados;
- Processar **embargos de declaração**;
- Analisar **habeas corpus** e **mandados de segurança** contra atos dos juízes dos Juizados.

A presidência da Turma recai sobre o juiz mais antigo, e não há redistribuição de processos em afastamentos temporários — o que revela uma estrutura mais leve e pragmática.

CAPÍTULO IV – Juizados Especiais e Unidades Jurisdicionais

Arts. 61 a 65 – Estrutura, pessoal e competência

Os Juizados Especiais funcionam como **unidades jurisdicionais** compostas por juízes de primeiro grau, que podem contar com o apoio de **juízes leigos e conciliadores**. Estes últimos, embora sem vínculo empregatício com o Judiciário, prestam um serviço público relevante e podem receber remuneração pela atividade.

Essa equipe híbrida permite que o juiz titular possa **se concentrar na função decisória**, delegando etapas da conciliação e instrução a auxiliares treinados.

Em relação à **estrutura física e pessoal**, o TJ pode designar servidores para atuar nos Juizados mesmo em comarcas onde não há cargos próprios para isso — uma medida que visa assegurar o funcionamento mínimo das unidades. Também se prevê **ajuda de custo para oficiais de justiça** e outras formas de compensação logística.



Quanto à **competência**, ela segue a lógica da Lei 9.099/95:

- Os **Juizados Cíveis** tratam de **causas de menor complexidade**, como cobranças, contratos, danos materiais e morais até certo valor.
- Os **Juizados Criminais** cuidam de **infrações penais de menor potencial ofensivo**, como lesões leves, ameaça e porte de drogas para uso pessoal.

Existe flexibilidade: em comarcas menores, o juiz pode ter **competência plena e cumulativa**; já nas maiores, o Conselho de Supervisão pode especificar a divisão de atribuições.

CAPÍTULO V – Funcionamento dos Juizados Especiais

Art. 66 – Descentralização e itinerância

Os Juizados podem funcionar de maneira **descentralizada**, em bairros, distritos e até **de forma itinerante**. Isso reforça o compromisso com o **acesso à justiça**. Imagine, por exemplo, uma unidade móvel do Judiciário atendendo semanalmente em uma vila urbana ou em região rural de difícil acesso — essa é a ideia.

Para isso, a instalação precisa de autorização prévia, e juízes e servidores que atuarem nessas unidades podem receber **ajuda de custo para transporte**, sempre respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 67 – Flexibilização de horário

As unidades dos Juizados podem funcionar **fora do horário padrão do fórum**, desde que isso atenda a uma necessidade local. Isso é fundamental em regiões de alta demanda, permitindo, por exemplo, **realizar audiências à noite**, o que atende melhor trabalhadores que não podem se ausentar do serviço durante o dia.

Art. 68 – Distribuição dos feitos

A distribuição dos processos deve respeitar critérios legais e técnicos, definidos na própria Lei 9.099/95 e no Código de Normas da Corregedoria. Em Curitiba, por exemplo, a distribuição dos feitos dos Juizados é concentrada em ofícios específicos (5º e 2º Distribuidores, conforme o caso), **sem cobrança prévia de custas**.

Essa gratuidade inicial é um incentivo à autocomposição e evita a elitização do acesso ao Judiciário.

Art. 69 – Gratuidade e despesas

O acesso ao Juizado Especial Cível **dispensa custas na fase inicial**. Contudo, se houver recurso, é necessário **preparar as despesas processuais**, salvo em caso de assistência judiciária. Também se prevê que **terceiros estranhos ao processo não sejam beneficiados pela gratuidade**, por exemplo, para requerer certidões.

Os valores pagos **revertam ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (FUNREJUS)**, garantindo que o sistema continue se modernizando.



Art. 70 – Atos auxiliares gratuitos

Atos como avaliação, partilha, contagem ou depósito também **não exigem custas antecipadas**, facilitando o trâmite de processos simples e reforçando o viés de desburocratização.

LIVRO II - TÍTULO VII - NOMEAÇÃO, REMOÇÃO, OPÇÃO, PROMOÇÃO E PERMUTA DOS JUÍZES (Arts. 71 a 74)

CAPÍTULO I – Nomeação

Art. 71 – Nomeação de Juiz de Direito

A nomeação de um **Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito** deve obedecer rigorosamente à **ordem de classificação no concurso público** correspondente. Em outras palavras, o critério é objetivo: a **colocação no certame determina a ordem de nomeação** para as comarcas e varas disponíveis.

É um modelo que busca **preservar o mérito e a transparência**, e que evita tanto favorecimentos quanto pressões externas. Pode-se dizer que aqui se aplica a lógica republicana em sua forma mais direta: **quem estudou mais, se preparou melhor e obteve melhor desempenho, escolhe antes**.

CAPÍTULO II – Opção e Permuta

Art. 72 – Critério para opção e permuta

A **opção** (quando o juiz escolhe uma nova vara ou comarca) e a **permuta** (quando dois juízes trocam de lugares entre si) dependem da **deliberação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça** e devem ocorrer **no interesse da Justiça**.

Esse detalhe é importante. O sistema de movimentação da magistratura não é regido apenas por conveniência pessoal. Um juiz não pode, por exemplo, mudar-se para perto da família ou aceitar uma permuta com base apenas em suas preferências subjetivas. É preciso que a troca **não comprometa a regularidade dos serviços judiciais**, e que contribua, direta ou indiretamente, para o **melhor funcionamento do Judiciário**.

Na prática, o TJPR costuma avaliar aspectos como:

- Equilíbrio da força de trabalho entre as comarcas;
- Eficiência demonstrada pelos juízes envolvidos;
- Existência ou não de déficit de magistrados na região.

É, portanto, um processo que combina **discrição administrativa e análise técnica**, com vistas à prestação jurisdicional.

CAPÍTULO III – Promoção e Remoção



Art. 73 – Fundamentos normativos da progressão

Por fim, o artigo 73 reforça que **promoções e remoções** devem seguir o que já está estabelecido em instâncias normativas superiores: a **Constituição Federal**, a **Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN)** e a **Constituição do Estado do Paraná**.

A Constituição Federal (art. 93) exige, por exemplo:

- A **alternância entre antiguidade e merecimento** nas promoções;
- A **impossibilidade de recusar o juiz mais antigo** na promoção por antiguidade, salvo por decisão fundamentada de dois terços do tribunal;
- A vedação à promoção do juiz que tenha **retido injustificadamente autos** além do prazo legal.

Já a LOMAN regula os **procedimentos formais**, os prazos e os critérios objetivos e subjetivos a serem considerados. E a Constituição Estadual, por sua vez, adapta essas diretrizes à realidade local, sem destoar do plano nacional.

A ideia, aqui, é garantir que o avanço na carreira seja baseado em **mérito, produtividade, conduta ética e comprometimento institucional**, e não em afinidades políticas, interesses regionais ou vínculos pessoais. Trata-se, em última instância, de proteger a **independência funcional do juiz** e a **credibilidade da magistratura como um todo**.

LIVRO II - TÍTULO VIII - COMPROMISSO, POSSE, EXERCÍCIO E ANTIGUIDADE (Arts. 75 a 80)

CAPÍTULO I – Compromisso, Posse e Exercício

Art. 75 – Investidura solene no cargo de juiz

Antes de assumir qualquer função jurisdicional, o juiz deve apresentar o **título de nomeação** ao órgão competente. Mas não basta apresentar o papel: é necessário **prestar um compromisso solene**, isto é, um juramento formal de que atuará com integridade e zelo.

Esse rito, que pode parecer apenas simbólico, cumpre uma função institucional importante: **reforçar o caráter ético da magistratura**, mostrando que o cargo não é apenas técnico, mas envolve uma vocação de serviço público e responsabilidade cívica.

O compromisso é reduzido a termo, ou seja, registrado por escrito, e só após a entrada efetiva em exercício a posse se completa. É nesse momento que o juiz **também deve apresentar sua declaração de bens**, como forma de controle patrimonial.

Art. 76 – Prazos para o início do exercício

O juiz nomeado tem até **30 dias após a publicação do ato oficial** para entrar em exercício. Esse prazo pode ser prorrogado por mais 30 dias, desde que haja justificativa. Já nos casos de promoção, remoção



ou permuta, o prazo é **de 15 dias**, prorrogável igualmente, exceto se não houver mudança de comarca – nesse caso, o início deve ser imediato.

O objetivo aqui é claro: **não deixar cargos vagos por tempo excessivo**, garantindo a continuidade da prestação jurisdicional. Um tribunal não pode ficar com varas desprovidas indefinidamente, sob pena de gerar acúmulo de processos e prejuízo ao cidadão.

Art. 77 – Perda do cargo por inércia

Caso o juiz **não preste o compromisso** ou **não entre em exercício dentro dos prazos**, perde automaticamente o direito ao cargo, que passa a ser considerado **vago**. Aqui vale a máxima: cargo público não é posse eterna. Há regras, há prazos e há consequências.

Além disso, cabe ao órgão responsável pela posse **verificar se todas as condições legais para o exercício da função foram atendidas** – o que inclui desde a regularidade documental até a aptidão legal.

Art. 78 – Procedimentos de posse e registros

A posse de **Desembargadores** ocorre em sessão plenária do Tribunal, a não ser que o próprio empossando opte por outra forma. Já os **Juízes Substitutos**, ao ingressarem na magistratura, tomam posse diretamente perante o Presidente do TJPR.

Os atos de posse podem ocorrer, inclusive, em período de férias, o que demonstra a flexibilidade administrativa frente à urgência das nomeações. Todo o histórico funcional dos magistrados passa a ser registrado e atualizado pelo **Departamento da Magistratura** – algo semelhante a uma “ficha funcional”, com informações sobre promoções, licenças, afastamentos, entre outros.

Esse registro é essencial, por exemplo, para decisões relacionadas a **antiguidade, aposentadoria e movimentações de carreira**.

CAPÍTULO II – Antiguidade

Art. 79 – Quadro de antiguidade

O **quadro de antiguidade** é um instrumento de gestão que classifica todos os magistrados de acordo com seu tempo de exercício em determinada entrância (substituto, juiz de direito ou desembargador).

Esse quadro deve ser **atualizado anualmente** e publicado até o dia 15 de fevereiro, o que reforça a ideia de **transparência e controle social**. Se um magistrado se sentir prejudicado por erro na lista, pode apresentar reclamação no prazo de 10 dias. O processo conta com contraditório: os demais magistrados eventualmente afetados pela correção serão ouvidos, e a decisão final cabe ao Órgão Especial.

Essa estrutura mostra um equilíbrio delicado entre **rigor procedimental e direito de revisão**, permitindo correções sem comprometer a estabilidade institucional.



Art. 80 – Critério de desempate

A **antiguidade é contada a partir da data de efetivo exercício na entrância**. Caso dois magistrados tenham iniciado na mesma data, o critério de desempate recai sobre:

1. Quem foi mais antigo na entrância imediatamente anterior;
2. O tempo de atuação como Juiz Substituto;
3. E, em último caso, a ordem de classificação no concurso.

É como se fosse uma escada: vai-se subindo degrau por degrau, e em cada um, há um critério claro de ordenação. A lógica aqui é de **isenção e previsibilidade**, o que ajuda a evitar disputas internas motivadas por critérios subjetivos.

LIVRO II - TÍTULO IX - SUBSÍDIO, REPRESENTAÇÕES, GRATIFICAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, DIÁRIAS E AUXÍLIO-FUNERAL (Arts. 81 a 88)

CAPÍTULO I – Subsídio, Representações e Gratificações

Art. 81 – Cálculo e estrutura do subsídio dos magistrados

O subsídio de um Desembargador no Paraná é fixado em **90,25% do subsídio de um Ministro do STF**, respeitando o chamado “efeito vinculante” vertical entre as esferas do Judiciário. Isso significa que, ao reajustar o valor pago aos ministros da Suprema Corte, o valor recebido pelos desembargadores também é alterado — o que evita defasagens e disputas políticas locais.

O texto reforça que o subsídio é **irredutível**, embora sujeito a **tributação** como qualquer outro rendimento (o que, vale dizer, é uma proteção, não um privilégio). Os demais magistrados recebem percentuais escalonados, de acordo com sua posição na carreira:

- Juízes de entrância final: 95% do subsídio de desembargador;
- Diferença entre entrâncias: 5% por nível;
- Juízes Substitutos são a base da escala.

Esse escalonamento busca **equilibrar a valorização por experiência** com o respeito à hierarquia. É um sistema semelhante ao de planos de carreira em empresas estruturadas, com faixas salariais e critérios transparentes.

Art. 82 a 84 – Vantagens adicionais e gratificações

Além do subsídio, a lei prevê **outras formas de remuneração**. São elas:

- **Ajuda de custo** (por mudança de comarca, participação em eventos, etc.);
- **Diárias** (por deslocamentos);



- **Representação** (decorrente de funções específicas);
- **Auxílio-moradia, 13º salário, gratificação de férias, tempo de serviço**, entre outras.

Entre os adicionais, destaca-se a gratificação **por tempo de serviço** (Art. 83), que cresce em até **5% a cada quinquênio**, com teto de **sete quinquênios**. Aqui temos um mecanismo clássico de incentivo à permanência na carreira pública.

Já no Art. 84, a lei trata das **gratificações por função administrativa**, como os cargos de direção do Fórum ou da própria cúpula do TJ. Por exemplo:

- Presidente do TJ: 25% sobre o subsídio;
- 1º Vice e Corregedor-Geral: 20%;
- Juízes Diretores do Fórum: 5%.

Um ponto importante: caso o juiz acumule funções ou responda por mais de uma comarca, ele só recebe **uma única gratificação de direção**, o que evita acúmulo indevido. E em certos casos, como **acúmulo de acervo processual**, a gratificação pode chegar até **um terço do subsídio** mensal (com possibilidade de conversão em **licença compensatória**, limitada a dez dias por mês).

CAPÍTULO II – Ajudas de Custo e Diárias

Arts. 85 a 87 – Compensações por deslocamento e atividades externas

A **ajuda de custo**, de valor equivalente a até **um mês de subsídio**, é devida quando o juiz precisa **mudar de comarca** por conta de **remoção ou promoção**. Curiosamente, **não se aplica no caso de permuta**, o que reforça o caráter compensatório e não premiativo da verba.

Já as **diárias** são pagas em razão de **deslocamento autorizado a serviço do TJ**, no valor de **1/30 do subsídio** por dia, com um teto de:

- 15 diárias por mês para magistrados em geral;
- 10 diárias para Juízes Substitutos.

A diária é cortada pela metade **se não houver necessidade de pernoite** – ou seja, se o magistrado puder voltar para casa no mesmo dia. Isso mostra uma preocupação em evitar gastos desnecessários com deslocamentos de curta duração.

A atribuição dessas diárias é **exclusiva do Presidente do TJ**, e membros da cúpula (como o próprio presidente ou corregedores) **não precisam de autorização** para se afastarem, desde que seja para cumprir funções institucionais.

CAPÍTULO III – Auxílio Funeral

Art. 88 – Apoio em momento de luto

Em caso de falecimento do magistrado, seus dependentes (cônjuge, companheiro ou herdeiros necessários) têm direito a receber **o valor de um subsídio** como **auxílio para cobrir as despesas do funeral**.



Se não houver familiares habilitados, **quem tiver custeado o funeral** poderá ser **indenizado até esse limite**, desde que comprove as despesas. Esse dispositivo revela sensibilidade institucional.

LIVRO II - TÍTULO X - LICENÇAS, CONCESSÕES E FÉRIAS (Arts. 89 a 99)

CAPÍTULO I – Licenças

Art. 89 – Hipóteses de afastamento

O artigo 89 lista de forma objetiva as situações em que um magistrado pode se afastar legalmente do cargo. Elas variam desde licenças médicas pessoais ou familiares até licenças para capacitação, gestação, paternidade e até mesmo para tratar de assuntos pessoais — esta última, de curta duração e regulada por resolução específica.

Arts. 90 a 93 – Licença médica e seus desdobramentos

A licença por motivo de saúde pode ser concedida inicialmente por **até 30 dias**, com base em atestado médico. Passado esse período, exige-se um **laudo de junta médica oficial**, para garantir a seriedade do afastamento e evitar que a concessão se torne automática. A fiscalização aqui é especialmente relevante porque envolve um tempo fora do exercício, mas com remuneração mantida.

O prazo máximo acumulado para essa licença é de **dois anos**. Passado esse limite, o juiz deve ser **submetido a nova avaliação**, podendo retornar ao trabalho — ou, se constatada a incapacidade continuada, iniciar o processo de **aposentadoria**.

Uma curiosidade importante: caso o magistrado retorne ao cargo por até 30 dias e volte a se afastar, o tempo continua contando dentro do mesmo período de dois anos. Essa regra evita "interrupções artificiais" apenas para recomençar a contagem do tempo de afastamento.

Art. 94 – Licença por doença na família

Imagine, por exemplo, um juiz que precisa acompanhar o tratamento oncológico de um filho ou de um pai idoso com Alzheimer. Nesses casos, pode-se solicitar licença por doença em pessoa da família. O afastamento inicial garante **subsídio integral por até 30 dias**, mas a partir daí, só continua com remuneração se houver **autorização excepcional** do Órgão Especial.

Arts. 95 e 96 – Licença-maternidade e paternidade

A magistrada tem **direito a 120 dias de licença-maternidade**, como em qualquer carreira pública. Já os juízes homens contam com **cinco dias de licença-paternidade**, contados a partir do nascimento do filho, mesmo que a documentação só chegue depois.



Essas previsões estão alinhadas com o padrão constitucional e reforçam a importância de respeitar a vivência familiar também no Judiciário. Poderíamos, inclusive, debater se cinco dias ainda é um prazo suficiente para o pai recém-nomeado — mas isso, convenhamos, já é uma conversa mais legislativa do que jurídica.

CAPÍTULO II – Concessões

Arts. 97 e 98 – Afastamentos por eventos pessoais ou funções institucionais

O artigo 97 trata das **concessões breves**, como no caso de casamento ou falecimento de familiar próximo. O afastamento, nesses casos, é limitado a **oito dias**, sem prejuízo da remuneração. Pode parecer pouco, mas é o padrão previsto em várias legislações trabalhistas, e garante um mínimo de dignidade nesses momentos significativos da vida.

Já o artigo 98 abre espaço para **afastamentos funcionais mais amplos**, como:

- Participação em **cursos e seminários**;
- Atuação junto à **Justiça Eleitoral**;
- Direção da **Escola da Magistratura**;
- Ou mesmo para presidir **associações de classe da magistratura**.

Esses afastamentos mantêm o pagamento integral e reconhecem o papel de representação e aperfeiçoamento da carreira como parte legítima da função pública. Afinal, um juiz que atua junto à AMB, por exemplo, está ajudando a fortalecer institucionalmente todo o Judiciário — e não apenas cuidando de interesses próprios.

CAPÍTULO III – Férias

Art. 99 – Direito às férias

O artigo final desse título simplesmente afirma que os magistrados têm **direito a férias anuais**, nos termos do Estatuto da Magistratura e conforme cronograma definido por resolução.

Embora o texto seja econômico, a prática revela que essas férias podem ser fracionadas e acumuladas, o que, na realidade cotidiana, é bastante comum — especialmente nos casos em que o juiz prefere deixar para tirar férias quando há menor acúmulo de processos ou aproveita para organizar o acervo.

LIVRO II - TÍTULO XI - SUBSTITUIÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NAS COMARCAS (Arts. 100 a 105)

CAPÍTULO I – Substituição no Tribunal de Justiça



Art. 100 – Regência pelo Regimento Interno

Este artigo é direto ao ponto: a substituição entre desembargadores do Tribunal de Justiça será regida pelas normas do **Regimento Interno**. Ou seja, não há detalhamento aqui no CODJ porque o TJPR optou por disciplinar isso em outro documento normativo, mais específico e flexível para atualizações internas.

Na prática, isso significa que situações como férias, licença ou vacância de cargos de desembargadores terão cobertura com base em critérios definidos pelo próprio Tribunal — respeitando sempre os princípios constitucionais e a hierarquia da magistratura.

CAPÍTULO II – Substituições nas Comarcas

Art. 101 – Substituições nas varas de entrância final

Nas comarcas de **entrância final**, os juízes titulares são substituídos, preferencialmente, por **Juízes Substitutos** lotados naquela mesma seção judiciária. Essa lógica favorece a continuidade do trabalho, já que o substituto conhece a realidade local.

Contudo, o Presidente do Tribunal tem a possibilidade de fazer **designações excepcionais**, inclusive trazendo juízes titulares de outras varas para exercerem essa substituição. É uma margem de manobra importante, principalmente quando há acúmulo de demandas ou situações extraordinárias, como afastamentos simultâneos.

Art. 102 – Substituições cumulativas

Há ocasiões em que um único Juiz Substituto pode ser designado para atuar **em mais de uma vara simultaneamente**. Isso acontece por determinação do Presidente do TJ, geralmente quando há escassez de pessoal ou situações emergenciais. A ideia é evitar que a ausência de um magistrado interrompa o andamento dos processos — o que, sejamos francos, já é um problema crônico em muitas comarcas do país.

Essa medida, no entanto, deve ser bem dosada. A sobrecarga de trabalho pode comprometer a qualidade das decisões, e é aqui que entra o bom senso da administração do Judiciário.

Art. 103 – Comunicação obrigatória das substituições

Toda vez que houver substituição, por qualquer motivo (férias, afastamento, vacância), isso deve ser **comunicado imediatamente** ao Presidente do TJ e à Corregedoria-Geral da Justiça. A razão é simples: trata-se de garantir **transparência e rastreabilidade** nos atos de designação. O parágrafo único reforça que as substituições devem seguir **diretrizes específicas da Presidência**, inclusive quanto à atuação dos substitutos em primeiro ou segundo grau.

Art. 104 – Substituições nas comarcas de entrância inicial e intermediária

Aqui, o texto deixa claro que os **Juízes Substitutos são os substitutos naturais** dos titulares nas entrâncias inicial e intermediária. Porém, quando não houver Juiz Substituto disponível — seja por



suspeição, impedimento ou vacância —, a Presidência do TJ pode designar **Juízes de Direito titulares** para cobrir essas lacunas.

É uma medida pontual, usada quando o sistema regular de substituições não é suficiente. Novamente, vemos a preocupação com a **continuidade da prestação jurisdicional**.

Art. 105 – Deslocamento e designações extraordinárias

Este artigo traz um ponto interessante: o Presidente do Tribunal pode **remanejar Juízes Substitutos entre seções judiciárias** ou designá-los para atuar em mais de uma comarca simultaneamente. Isso mostra o caráter estratégico dessa função.

Embora pareça algo administrativo, a mobilidade dos substitutos é uma das engrenagens que mantém a máquina judiciária funcionando. É como se eles fossem o “exército de prontidão” do Judiciário: atuam onde for necessário, com flexibilidade e adaptabilidade.

LIVRO II - TÍTULO XII - APOSENTADORIA, REVERSÃO E APROVEITAMENTO (Arts. 106 a 110)

CAPÍTULO I – Aposentadoria

Art. 106 – Fundamento constitucional

A norma aqui é bastante sintética, o que é compreensível: remete à **Constituição Federal** como base para a aposentadoria dos magistrados. Isso significa que as regras aplicáveis — como tempo de serviço, idade mínima, aposentadoria compulsória e outros requisitos — devem obedecer ao texto constitucional e às normas complementares, como a **Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN)**.

Uma observação interessante: essa remissão à Constituição é uma forma de garantir estabilidade normativa e evitar conflitos entre leis estaduais e a ordem jurídica nacional.

Art. 107 – Reajuste dos proventos

Os proventos de aposentadoria dos magistrados devem acompanhar os reajustes concedidos aos juízes em atividade, tanto na **periodicidade quanto na proporção**. Ou seja, se houver aumento para os ativos, os aposentados também terão direito ao reajuste. Essa regra reforça a chamada **paridade**, princípio caro ao regime jurídico da magistratura.

Art. 108 – Tempo de advocacia

Aqui temos uma vantagem importante: o tempo de exercício da **advocacia** pode ser aproveitado para fins de aposentadoria, até o limite de **15 anos**, desde que haja **contribuição previdenciária comprovada**. Essa norma reconhece o valor da atuação jurídica prévia do magistrado e evita prejuízos a quem ingressa na carreira mais tardiamente, após um período significativo na iniciativa privada.



Art. 109 – Aposentadoria por invalidez

Este é um dos artigos mais extensos e sensíveis. Ele trata da **verificação de invalidez**, procedimento que pode ser instaurado de diversas formas: por iniciativa do próprio magistrado, por ordem do Presidente do TJ, por deliberação do Órgão Especial ou a pedido da Corregedoria-Geral.

Alguns pontos merecem destaque:

- Quando se tratar de **incapacidade mental**, o magistrado será assistido por um **curador**, o que mostra uma preocupação com o devido processo legal e a proteção da pessoa vulnerável.
- O processo deve ser **concluído em 60 dias** e, durante esse período, o magistrado fica **afastado de suas funções**.
- Se houver **recusa à perícia médica**, o processo poderá seguir com outras provas — uma medida dura, mas que evita paralisações indefinidas por resistência infundada.
- Há uma regra interessante no inciso V: se um magistrado afastar-se repetidamente por doença num intervalo de dois anos, e quiser uma nova licença, terá que passar por **exame de invalidez**. Isso evita o uso indevido de licenças médicas para contornar a aposentadoria por invalidez.

CAPÍTULO II – Reversão e Aproveitamento

Art. 110 – Possibilidade de retorno à ativa

Nem todo afastamento é definitivo. A **reversão** (no caso de quem foi aposentado por invalidez) e o **aproveitamento** (para quem está em disponibilidade) são formas de **retorno ao serviço ativo**, desde que o próprio interessado assim requeira e que o **Órgão Especial entenda que é do interesse da Justiça**.

Essa cláusula final é relevante: o retorno não é automático. Ainda que o magistrado tenha recuperado sua saúde ou tenha disposição para reassumir o cargo, sua reintegração dependerá também de uma análise institucional mais ampla.

O parágrafo 1º estabelece condições objetivas para que isso ocorra:

- Existência de **vaga** (com preenchimento por merecimento);
- Prova de que o requerente tem **menos de 65 anos**;
- **Laudo médico** atestando capacidade física e mental;
- Análise do **Conselho da Magistratura** e do **Corregedor-Geral** como relator.

Já o parágrafo 2º traz uma lógica de justiça funcional: mesmo revertido ou aproveitado, o magistrado deverá **cumprir novamente os requisitos de tempo de serviço** (30 anos no total e 5 anos na magistratura) para efeitos de futura aposentadoria. Isso impede, por exemplo, que alguém retorne por curto período apenas para completar o tempo e, novamente, se aposente — prática que poderia desvirtuar o sistema.



LIVRO II TÍTULO XIII TRATAMENTO, VESTES TALARES E EXPEDIENTES (Arts. 111 a 114)

Art. 111 – Tratamento: entre formalidade e deferência

Este artigo determina que o **Tribunal de Justiça, suas Câmaras e Grupos** sejam tratados como “**egrégios**”, e que **todos os magistrados** recebam o tratamento de “**excelência**”.

Pode parecer um detalhe protocolar, mas esse tipo de vocativo tem raízes no reconhecimento público da autoridade, da imparcialidade e do prestígio institucional dos órgãos do Judiciário. É uma forma de marcar que o juiz — ou o tribunal — fala em nome do Estado. E, gostando ou não dos formalismos, há uma lógica de solenidade que sustenta a legitimidade da função jurisdicional.

Art. 112 – Títulos e o uso adequado das denominações

Aqui se estabelecem os **títulos oficiais**:

- **Desembargador**, para membros do Tribunal de Justiça;
- **Juiz de Direito** e **Juiz Substituto**, para os magistrados de primeiro grau.

Essa nomenclatura expressa a estrutura hierárquica da magistratura, refletindo o grau de competência jurisdicional de cada cargo. E, com a alteração legislativa mais recente, criou-se também um tratamento formal especial para os **Juízes Substitutos em Segundo Grau**, que, nas sessões e decisões, passam a ser referidos como **Desembargadores Substitutos**, *sem alteração na natureza do cargo*. É uma forma de uniformizar o tratamento nas peças processuais e garantir coerência na tramitação dos feitos em segundo grau.

Já os parágrafos trazem uma ressalva curiosa — e importante. Um magistrado **aposentado** pode perder o direito ao tratamento de excelência **caso se inscreva na OAB** ou passe a atuar em **atividades político-partidárias**. A lógica aqui é a da **incompatibilidade funcional**. Títulos e deferências associados ao exercício da magistratura não devem ser instrumentalizados para outros fins, especialmente em ambientes onde a imparcialidade seria comprometida.

Art. 113 – Vestes talares: solenidade e imagem institucional

Esse dispositivo impõe o **uso obrigatório de vestes talares** — as conhecidas togas — em sessões colegiadas e atos solenes. Pode parecer uma formalidade ultrapassada, mas há algo de simbólico nisso. A veste talar representa **neutralidade, respeito, sobriedade**. Quando um juiz veste a toga, ele não está ali como indivíduo, mas como representante do Estado-Juiz. A regra reforça essa identidade institucional.

Claro que há momentos mais flexíveis na prática cotidiana, mas nos atos que envolvem julgamento colegiado ou solenidade pública, o uso da toga ainda cumpre seu papel simbólico.



Art. 114 – Comparecimento ao Juízo e plantões judiciais

A última norma deste título trata de um aspecto bem mais prático: a **obrigação de comparecimento diário à sede do Juízo** por parte dos juízes de primeiro grau, exceto quando estiverem em diligência externa (como audiências em outras unidades, visitas a estabelecimentos prisionais, entre outros).

No entanto, existem **exceções**:

- Juízes das **varas de atendimento permanente** têm regime diferenciado, que será disciplinado em regulamento próprio.
- E, nos **dias em que não há expediente forense normal** (feriados, recesso, fins de semana), o sistema judicial mantém-se vivo por meio de **plantões permanentes**, organizados nas **comarcas de entrância final** e nas **sedes de seções judiciárias**.

Essa estrutura de plantões é essencial para garantir a prestação jurisdicional **ininterrupta**, especialmente para situações urgentes como **habeas corpus**, **pedidos de liminar**, **medidas protetivas e decisões cautelares**.

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



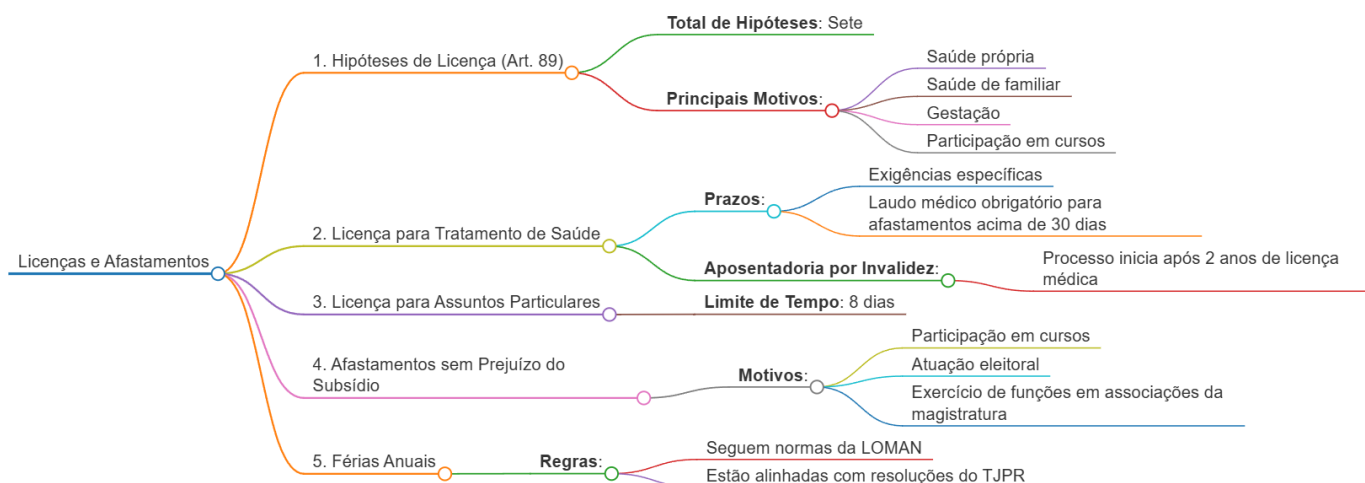
Um dos tópicos com alta probabilidade de ser cobrado em prova é o que trata das **licenças e afastamentos dos magistrados**, especialmente por sua variedade de hipóteses e pela exigência de atenção aos prazos, condições e consequências. O artigo 89 do CODJ traz um rol amplo de situações que justificam o afastamento do cargo — de motivos de saúde até licença-paternidade e participação em cursos —, sendo essencial que o candidato saiba reconhecer os diferentes tipos de licença e as exigências formais para sua concessão. Além disso, o detalhamento nos artigos seguintes sobre a **licença para tratamento de saúde**, com exigência de laudos médicos, limites de duração e

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



consequências da não reassunção após o período máximo, é um ponto-chave, pois envolve uma série de regras específicas e que costumam ser objeto de questionamento em concursos.

Outro ponto que merece atenção especial é a distinção entre **licença para tratar de assuntos particulares** (até oito dias), **afastamentos autorizados para fins de aperfeiçoamento profissional ou atuação na Justiça Eleitoral**, e o regime de **férias** dos magistrados. O examinador pode explorar justamente essa diversidade de nomenclaturas e condições, exigindo do candidato a capacidade de identificar qual afastamento se encaixa em determinada situação prática. É um conteúdo aparentemente simples, mas que se torna complexo na hora da prova, quando a banca exige domínio da literalidade do texto e a compreensão do contexto funcional do magistrado.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (FGV / TJ-PR - 2023) Maria, brasileira naturalizada, com o ensino médio completo, domiciliada na circunscrição territorial da Comarca X, do Estado do Paraná, soube da necessidade de ser nomeado um juiz de paz para atuar na contígua Comarca Y, para a qual poderia se deslocar com facilidade. Ao se inteirar da autoridade perante a qual o juiz de paz toma posse e dos requisitos a serem preenchidos, Maria concluiu, corretamente, à luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que a posse se dá perante:

- A) o juiz de direito com competência em matéria registral, mas ela não preenche os requisitos exigidos, por não ser brasileira nata e não ter nível superior;
- B) o juiz diretor do Fórum, mas ela não preenche, apenas, o requisito de ter domicílio e residência na sede da Comarca Y;
- C) o presidente do Tribunal de Justiça, mas ela não preenche, apenas, o requisito de ter nível superior;
- D) o juiz de direito com competência em matéria registral, e ela preenche os requisitos exigidos;
- E) o corregedor-geral da Justiça, e ela preenche os requisitos exigidos.

Comentários: O CODJ exige que o juiz de paz possua domicílio e residência na sede da comarca onde vai exercer a função. No caso, Maria reside em comarca diversa da vaga ofertada. O juiz de paz toma posse perante o juiz diretor do Fórum da comarca. O erro de Maria foi não residir na sede da Comarca Y, o que inviabiliza sua nomeação, ainda que os demais requisitos estivessem preenchidos.

Gabarito: B

2. (FGV / TJ-PR - 2023) Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi incumbida por seu superior hierárquico de encaminhar determinado expediente a João, juiz de direito substituto em primeiro grau, expediente este que seria afeto à sua competência de substituição. Após analisar as características do destinatário do expediente, à luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Ana concluiu, corretamente, que João:

- A) pode atuar em substituição em qualquer entrância;
- B) na organização da carreira, está abaixo dos juízes de direito titulares de Vara;
- C) pode ser designado em substituição apenas na entrância inicial da carreira;
- D) está no início da carreira, podendo atuar em substituição nas entrâncias inicial e intermediária;
- E) se encontra na entrância final, atuando em substituição nas Comarcas dessa categoria indicadas em lei.

Comentários: Os juízes de direito substitutos em primeiro grau, conforme o CODJ-PR, são aqueles que atuam na entrância final, substituindo os juízes titulares em varas de entrância final, conforme designação e critérios estabelecidos pelo Tribunal. As demais alternativas tratam de outras hipóteses ou fazem confusão com as atribuições dos substitutos de primeiro grau, razão pela qual estão incorretas.

Gabarito: E

3. (FGV / TJ-PR - 2021) João, aprovado em concurso público para ingresso na carreira da magistratura do Estado do Paraná, foi instado, quando de sua nomeação, a apresentar, no ato de posse, declaração pública de seus bens. Tendo em vista que nunca havia exercido qualquer função pública preteritamente, João entendeu que a exigência de tal declaração violava seu direito à intimidade. Sabe-se, ainda, que João, seja diretamente como pessoa natural, seja por meio de qualquer pessoa jurídica, nunca firmou com o poder público qualquer negócio jurídico, nem recebeu verba pública a qualquer título, sempre tendo atuado profissionalmente como advogado autônomo. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003), no ato de posse, João:



- A) deverá apresentar declaração pública de seus bens, sob pena de não se consumir o ato, ou de anulá-lo, caso já investido;
- B) deverá apresentar declaração privada de seus bens, sob pena de se prorrogar sua posse pelo prazo de até trinta dias;
- C) deverá apresentar declaração pública de seus bens, sob pena de se prorrogar o início do exercício pelo prazo de até quinze dias;
- D) não deverá apresentar declaração pública de seus bens, que será substituída por declaração de não ter exercido preteritamente outro cargo ou função pública;
- E) não deverá apresentar declaração pública de seus bens, que será substituída por declaração privada e sigilosa, sob pena de responder a processo administrativo disciplinar.

Comentários: De acordo com o art. 75, §2º do CODJ-PR, a apresentação da declaração pública de bens no ato de posse é obrigatória. A ausência desse documento inviabiliza a consumação da posse e, se houver investidura sem ela, o ato poderá ser anulado. O entendimento de João está equivocado e não tem respaldo legal.

Gabarito: A

4. (FGV / TJ-PR - 2021) José é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Durante a pandemia do novo Coronavírus, a esposa do magistrado foi acometida pelo Covid-19. Assim sendo, José requereu licença para tratamento de saúde em pessoa de sua família, instruindo seu pedido com atestado do médico assistente de sua esposa com indicação da classificação internacional da doença (CID). No caso em tela, consoante dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003), a licença requerida por José deverá ser deferida:

- A) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável sucessivas vezes, desde que lastreada em laudo oficial, sem direito à percepção do subsídio;
- B) desde que o familiar do magistrado seja submetido a inspeção de saúde, perante junta médica oficial nomeada pelo residente do Tribunal de Justiça;
- C) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por até mais noventa dias, mediante apresentação de novo laudo médico oficial, com percepção integral do subsídio;
- D) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável sucessivas vezes, desde que lastreada em atestado particular ou laudo oficial, com direito à percepção do subsídio proporcional ao tempo de contribuição;
- E) desde que o requerimento contenha a expressa declaração acerca da indispensabilidade da assistência pessoal do magistrado ao paciente e sobre a incompatibilidade da prestação com o exercício do cargo.

Comentários: Conforme o art. 94 do CODJ-PR, a licença por motivo de doença em pessoa da família exige, além do atestado médico, uma declaração do magistrado acerca da indispensabilidade da assistência pessoal ao familiar enfermo e da incompatibilidade do cuidado com o exercício do cargo. Apenas a alternativa E contempla essa exigência.

Gabarito: E

5. (FGV / TJ-PR - 2021) José é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Durante a pandemia do novo Coronavírus, a esposa do magistrado foi acometida pelo Covid-19. Assim sendo, José requereu licença para tratamento de saúde em pessoa de sua família, instruindo seu pedido com



atestado do médico assistente de sua esposa com indicação da classificação internacional da doença (CID). No caso em tela, consoante dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003), a licença requerida por José deverá ser deferida:

- A) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável sucessivas vezes, desde que lastreada em laudo oficial, sem direito à percepção do subsídio;
- B) desde que o familiar do magistrado seja submetido a inspeção de saúde, perante junta médica oficial nomeada pelo residente do Tribunal de Justiça;
- C) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por até mais noventa dias, mediante apresentação de novo laudo médico oficial, com percepção integral do subsídio;
- D) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável sucessivas vezes, desde que lastreada em atestado particular ou laudo oficial, com direito à percepção do subsídio proporcional ao tempo de contribuição;
- E) desde que o requerimento contenha a expressa declaração acerca da indispensabilidade da assistência pessoal do magistrado ao paciente e sobre a incompatibilidade da prestação com o exercício do cargo.

Comentários: Repetindo o conteúdo do art. 94 do CODJ-PR, a concessão da licença por doença de familiar exige que o requerimento venha acompanhado da declaração expressa sobre a necessidade de assistência pessoal do magistrado e a incompatibilidade com o exercício da função jurisdicional. Os demais requisitos apontados nas alternativas incorretas não se aplicam ou não estão previstos no texto legal.

Gabarito: E

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.



É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual é o percentual do subsídio mensal do Desembargador em relação ao subsídio de Ministro do STF?
2. Como é definido o escalonamento dos subsídios dos magistrados de primeiro grau?
3. Em quais hipóteses um magistrado pode receber gratificação por tempo de serviço?
4. Quem tem competência para conceder diárias a magistrados?
5. A quem se destina o auxílio-funeral previsto no Código de Organização Judiciária?
6. Qual o limite para concessão de ajuda de custo para mudança de comarca?
7. Qual é o tempo máximo de licença para tratamento de saúde de magistrado?
8. Após gozo do período máximo de licença por enfermidade, quando o magistrado poderá obter nova licença?
9. O que deve constar no pedido de licença para tratar da saúde de pessoa da família?
10. Qual o prazo da licença-paternidade e a partir de quando ela é contada?
11. Quais afastamentos são considerados concessões, sem prejuízo do subsídio?
12. O que o Código estabelece sobre o uso de vestes talares?
13. Quem são considerados Desembargadores Substitutos segundo o CODJ-PR?
14. Em quais condições o juiz substituto pode atuar fora da seção judiciária?
15. O que ocorre se o magistrado se recusar a passar por perícia médica no processo de aposentadoria por invalidez?
16. Qual o procedimento se a junta médica concluir pelo restabelecimento do magistrado após licença de dois anos?
17. Quem pode iniciar o processo de verificação de invalidez de magistrado?
18. Quais são os requisitos para reversão de magistrado aposentado por invalidez?
19. Quem tem direito ao título de “Excelência” e ao tratamento de “Egrégio” ?
20. Quando o magistrado perde o direito ao tratamento correspondente ao cargo?

Perguntas com respostas

1. Qual é o percentual do subsídio mensal do Desembargador em relação ao subsídio de Ministro do STF?

Resposta: O subsídio do Desembargador do TJPR corresponde a 90,25% do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

2. Como é definido o escalonamento dos subsídios dos magistrados de primeiro grau?



Resposta: Juízes de entrância final recebem 95% do subsídio de Desembargador, com diferença de 5% entre as demais entrâncias, considerando os Juízes Substitutos como imediatamente inferiores à entrância inicial.

3. Em quais hipóteses um magistrado pode receber gratificação por tempo de serviço?

Resposta: Recebe 5% por quinquênio, até o limite de sete quinquênios, exclusivamente na forma prevista no art. 83 do CODJ.

4. Quem tem competência para conceder diárias a magistrados?

Resposta: Apenas o Presidente do Tribunal de Justiça pode conceder diárias, conforme o art. 87 do CODJ.

5. A quem se destina o auxílio-funeral previsto no Código de Organização Judiciária?

Resposta: Ao cônjuge, companheiro por união estável ou herdeiros necessários. Na ausência, quem custear o funeral é indenizado.

6. Qual o limite para concessão de ajuda de custo para mudança de comarca?

Resposta: Uma remuneração mensal do cargo, limitada a uma vez a cada dois anos, desde que haja mudança de residência por remoção ou promoção.

7. Qual é o tempo máximo de licença para tratamento de saúde de magistrado?

Resposta: Dois anos consecutivos, sem interrupção por reassunção inferior a 30 dias.

8. Após gozo do período máximo de licença por enfermidade, quando o magistrado poderá obter nova licença?

Resposta: Após um ano de efetivo exercício, salvo deliberação excepcional do Órgão Especial.

9. O que deve constar no pedido de licença para tratar da saúde de pessoa da família?

Resposta: Declaração de indispensabilidade da assistência pessoal e incompatibilidade com o exercício do cargo.

10. Qual o prazo da licença-paternidade e a partir de quando ela é contada?

Resposta: Cinco dias, contados a partir do nascimento do filho, independentemente da data da apresentação da certidão.

11. Quais afastamentos são considerados concessões, sem prejuízo do subsídio?

Resposta: Casamento, falecimento de familiares próximos, cursos de aperfeiçoamento, atuação na Justiça Eleitoral e exercício em associações ou na Escola da Magistratura.



12. O que o Código estabelece sobre o uso de vestes talares?

Resposta: É obrigatório nos atos solenes da Justiça e nos juízos colegiados, conforme modelo aprovado pelo Órgão Especial.

13. Quem são considerados Desembargadores Substitutos segundo o CODJ-PR?

Resposta: Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau são assim tratados nos atos judiciais e no sistema eletrônico, sem alteração do cargo.

14. Em quais condições o juiz substituto pode atuar fora da seção judiciária?

Resposta: Por designação do Presidente do TJ, sempre que for conveniente à administração da Justiça.

15. O que ocorre se o magistrado se recusar a passar por perícia médica no processo de aposentadoria por invalidez?

Resposta: O julgamento poderá ocorrer com base em outras provas disponíveis no processo.

16. Qual o procedimento se a junta médica concluir pelo restabelecimento do magistrado após licença de dois anos?

Resposta: O magistrado deve reassumir o cargo em até dez dias a partir da data do laudo.

17. Quem pode iniciar o processo de verificação de invalidez de magistrado?

Resposta: O próprio magistrado, o Presidente do TJ, o Órgão Especial ou a Corregedoria-Geral da Justiça.

18. Quais são os requisitos para reversão de magistrado aposentado por invalidez?

Resposta: Requerimento do interessado, aptidão física e mental, vaga existente, idade até 65 anos, além de aprovação pelo Órgão Especial.

19. Quem tem direito ao título de “Excelência” e ao tratamento de “Egrégio”?

Resposta: Todos os magistrados têm o tratamento de excelência, e o Tribunal, suas Câmaras e Grupos recebem o de egrégio.

20. Quando o magistrado perde o direito ao tratamento correspondente ao cargo?

Resposta: Quando, após a aposentadoria, se inscreve na OAB ou passa a exercer atividades político-partidárias.



LISTA DE QUESTÕES

1. (FGV / TJ-PR - 2023) Maria, brasileira naturalizada, com o ensino médio completo, domiciliada na circunscrição territorial da Comarca X, do Estado do Paraná, soube da necessidade de ser nomeado um juiz de paz para atuar na contígua Comarca Y, para a qual poderia se deslocar com facilidade. Ao se inteirar da autoridade perante a qual o juiz de paz toma posse e dos requisitos a serem preenchidos, Maria concluiu, corretamente, à luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que a posse se dá perante:

- a) o juiz de direito com competência em matéria registral, mas ela não preenche os requisitos exigidos, por não ser brasileira nata e não ter nível superior;
- b) o juiz diretor do Fórum, mas ela não preenche, apenas, o requisito de ter domicílio e residência na sede da Comarca Y;
- c) o presidente do Tribunal de Justiça, mas ela não preenche, apenas, o requisito de ter nível superior;
- d) o juiz de direito com competência em matéria registral, e ela preenche os requisitos exigidos;
- e) o corregedor-geral da Justiça, e ela preenche os requisitos exigidos.

2. (FGV / TJ-PR - 2023) Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi incumbida por seu superior hierárquico de encaminhar determinado expediente a João, juiz de direito substituto em primeiro grau, expediente este que seria afeto à sua competência de substituição.

Após analisar as características do destinatário do expediente, à luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Ana concluiu, corretamente, que João:

- a) pode atuar em substituição em qualquer entrância;
- b) na organização da carreira, está abaixo dos juízes de direito titulares de Vara;
- c) pode ser designado em substituição apenas na entrância inicial da carreira;
- d) está no início da carreira, podendo atuar em substituição nas entrâncias inicial e intermediária;
- e) se encontra na entrância final, atuando em substituição nas Comarcas dessa categoria indicadas em lei.

3. (FGV / TJ-PR - 2021) João, aprovado em concurso público para ingresso na carreira da magistratura do Estado do Paraná, foi instado, quando de sua nomeação, a apresentar, no ato de posse, declaração pública de seus bens. Tendo em vista que nunca havia exercido qualquer função pública preteritamente, João entendeu que a exigência de tal declaração violava seu direito à intimidade. Sabe-se, ainda, que João, seja diretamente como pessoa natural, seja por meio de qualquer pessoa jurídica, nunca firmou com o poder público qualquer negócio jurídico, nem recebeu verba pública a qualquer título, sempre tendo atuado profissionalmente como advogado autônomo. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003), no ato de posse, João:



- a) deverá apresentar declaração pública de seus bens, sob pena de não se consumir o ato, ou de anulá-lo, caso já investido;
- b) deverá apresentar declaração privada de seus bens, sob pena de se prorrogar sua posse pelo prazo de até trinta dias;
- c) deverá apresentar declaração pública de seus bens, sob pena de se prorrogar o início do exercício pelo prazo de até quinze dias;
- d) não deverá apresentar declaração pública de seus bens, que será substituída por declaração de não ter exercido preteritamente outro cargo ou função pública;
- e) não deverá apresentar declaração pública de seus bens, que será substituída por declaração privada e sigilosa, sob pena de responder a processo administrativo disciplinar.

4. (FGV / TJ-PR - 2021) José é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Durante a pandemia do novo Coronavírus, a esposa do magistrado foi acometida pelo Covid-19 . Assim sendo, José requereu licença para tratamento de saúde em pessoa de sua família, instruindo seu pedido com atestado do médico assistente de sua esposa com indicação da classificação internacional da doença (CID). No caso em tela, consoante dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003), a licença requerida por José deverá ser deferida:

- a) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável sucessivas vezes, desde que lastreada em laudo oficial, sem direito à percepção do subsídio;
- b) desde que o familiar do magistrado seja submetido a inspeção de saúde, perante junta médica oficial nomeada pelo residente do Tribunal de Justiça;
- c) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por até mais noventa dias, mediante apresentação de novo laudo médico oficial, com percepção integral do subsídio;
- d) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável sucessivas vezes, desde que lastreada em atestado particular ou laudo oficial, com direito à percepção do subsídio proporcional ao tempo de contribuição;
- e) desde que o requerimento contenha a expressa declaração acerca da indispensabilidade da assistência pessoal do magistrado ao paciente e sobre a incompatibilidade da prestação com o exercício do cargo.

5. (FGV / TJ-PR - 2021) José é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Durante a pandemia do novo Coronavírus, a esposa do magistrado foi acometida pelo Covid-19 . Assim sendo, José requereu licença para tratamento de saúde em pessoa de sua família, instruindo seu pedido com atestado do médico assistente de sua esposa com indicação da classificação internacional da doença (CID). No caso em tela, consoante dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003), a licença requerida por José deverá ser deferida:

- a) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável sucessivas vezes, desde que lastreada em laudo oficial, sem direito à percepção do subsídio;
- b) desde que o familiar do magistrado seja submetido a inspeção de saúde, perante junta médica oficial nomeada pelo residente do Tribunal de Justiça;
- c) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por até mais noventa dias, mediante apresentação de novo laudo médico oficial, com percepção integral do subsídio;



- d) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável sucessivas vezes, desde que lastreada em atestado particular ou laudo oficial, com direito à percepção do subsídio proporcional ao tempo de contribuição;
- e) desde que o requerimento contenha a expressa declaração acerca da indispensabilidade da assistência pessoal do magistrado ao paciente e sobre a incompatibilidade da prestação com o exercício do cargo.

Gabaritos:

1. B
2. E
3. A
4. E
5. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.